

Do direito individual a uma questão de saúde pública: a voz da imprensa feminista sobre o aborto nos anos 1980

Aline Roes Dalmolin

*Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria
Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos*

E-mail: dalmoline@gmail.com

Os anos 1980 caracterizam-se como a década na qual o movimento feminista toma corpo e se consolida no Brasil. Naquele momento, o movimento assume suas próprias rédeas, norteando-se abertamente na luta pelas reivindicações especificamente “feministas”, referentes à sexualidade e à reprodução, dentre as quais se destaca o aborto. Nesse artigo, buscamos analisar o discurso sobre o tema em periódicos feministas dos anos 1980, enfatizando argumentos que qualificam o aborto como direito individual e situam-no no âmbito dos direitos reprodutivos.

Palavras-chave: imprensa feminista; discurso; aborto; movimento feminista.

From individual rights to an issue of public health: the voice of the feminist press about abortion during the 80's

The 1980s are characterized as the decade in which the feminist movement takes shape and consolidates in Brazil. At that moment, the movement takes over the reins, leading itself openly in the struggle for the claims specifically “feminists”, related to sexuality and reproduction, among which abortion stands out. In this article, we analyze the discourse about the topic at feminist periodicals of the 1980s, emphasizing arguments that qualify abortion as an individual right and are located in the scope of reproductive rights.

Keywords: feminist press; discourse; abortion; feminist movement.

De lo derecho individual a una cuestión de salud pública: la voz de la prensa feminista sobre el aborto en los años 1980

La década de 1980 se caracteriza como la década en la que el movimiento feminista toma forma y se consolida en Brasil. En ese momento, el movimiento toma sus propias riendas, norteándose abiertamente en la lucha por las reivindicaciones específicamente “feministas”, relacionadas a la sexualidad y a la reproducción, entre las cuales se destaca el aborto. En este artículo, analizamos el discurso sobre el tema en publicaciones periódicas feministas de la década de 1980, enfatizando los argumentos que califican el aborto como un derecho individual y se encuentran en el ámbito de los derechos reproductivos.

Palabras-clave: prensa feminista; discurso; aborto; movimiento feminista.

Introdução: a consolidação do movimento feminista brasileiro nos anos 1980

A década de 1980 reflete um momento de transição, sobretudo no Brasil. No plano internacional, percebem-se profundas transformações tecnológicas e comunicacionais, que caracterizam um ainda incipiente processo de midiaticização (Rodrigues, 2000). No plano nacional, temos um país marcado pelo processo de democratização, pela mobilização pelo voto direto (diretas-já) e por uma progressiva estagnação econômica. O momento também concretiza um grande desenvolvimento no plano social em relação aos anos anteriores, sobretudo pela evidência cada vez mais marcante dos movimentos sociais na política brasileira – quando ocorrem as grandes greves do ABC e os primeiros passos do Movimento Sem Terra – mas também pelas repercussões das revoluções ocorridas internacionalmente nas décadas de 1960 e 1970, que se desdobram no Brasil na emergência do movimento feminista¹.

Conforme salienta Teles (2003, p. 12), o feminismo está presente na história do país nas mais diversas gradações, e “suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular (...)”. Por isso, algumas autoras intitulam de “segunda onda” (Athayde, 2008; Casadei, 2009; Mello, 2007; Pedro, 2006; Pinto, 2003; Sarti, 2004) o movimento feminista desenvolvido a partir de meados dos anos 1970, por suceder os movimentos de disputa pelos direitos políticos e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, enfrentados pelas brasileiras ainda nas primeiras décadas do século XX (primeira onda)³.

Nos anos 1970, o movimento irá evidenciar o debate em torno de questões sociais, sobretudo as referentes à situação sociopolítica do Brasil e sua relação com a condição de exploração da mulher. Os anos iniciais delinham como questões básicas a luta jurídica e trabalhista, especialmente pelo direito à creche; relegando a um segundo plano as questões de natureza sexual e reprodutiva, como o aborto e a contracepção (Barsted, 1992). A imprensa criada para divulgar as ideias do movimento feminista deixa bem clara a predominância do escopo das temáticas iniciais. Jornais surgidos naquele momento, como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, evidenciam um grande número de matérias voltadas a temáticas mais “sociais”, sobretudo a luta básica pela busca de igualdade e autonomia da mulher numa sociedade patriarcal (Leite, 2003).

Naquela fase, catolicismo e feminismo brasileiro ainda não se mostravam de todo incompatíveis, pois se encontravam entrosados na oposição ao regime militar e na luta pelos direitos civis. O Centro da Mulher Brasileira (CMB), do Rio de Janeiro, ligado à Igreja Católica, foi um dos primeiros grupos a suscitar uma série de debates sobre a condição feminina, sobretudo após a celebração do

1. Por feminismo, em conjunção a sua terminologia correlata (movimento de mulheres e movimento feminista), adotamos o conceito desenvolvido por Teles (2003, p. 10), que percebe o feminismo como uma filosofia universal, “que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres”. Segundo a autora, o feminismo “formula o conceito de libertação que prescinde da ‘igualdade’ para afirmar a diferença – compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina (ibid.)”.

2. Por sua vez, Casadei (2009) retrocede ao final do século XVIII como o marco que delimita o início do feminismo de “primeira onda”, remetendo às demandas pela educação universal, ao direito pelo trabalho remunerado e o voto.

Ano Internacional da Mulher, em 1975 – marco histórico para o feminismo brasileiro contemporâneo. Contudo, essa aliança dificultava que questões referentes à reprodução e à sexualidade entrassem de vez na ordem do dia do movimento.

Mas a situação irá mudar no final dos anos 1970, quando o movimento feminista buscará uma definição de identidade. Em 1978, no Rio de Janeiro, um grupo de feministas irá romper com o CMB e lançar um manifesto “reivindicando espaço para os temas-tabu, dentre eles as questões da sexualidade e do aborto”. (Barsted, 1992, p. 110). Antes unidos, feministas e católicos passarão a evidenciar suas divergências na cena pública no decorrer dos anos 1980, consolidando-se um embate entre os dois grupos que culminará na Assembleia Constituinte³. Ao passo que o discurso católico se torna mais agressivo em relação a estes “temas-tabu”, conforme o redirecionamento promovido pelo processo de restauração conservadora⁴; o discurso feminista se tornará mais “feminista”, no sentido de ir ao encontro de questões menos ligadas à realidade local e, em consequência, das bandeiras internacionais do movimento.

Outro fator que contribui para a consolidação de uma pauta própria será o gradativo afastamento do movimento feminista dos movimentos de esquerda, dos quais também se encontrava intimamente imbricado. Além da questão de identidade de gênero, o feminismo brasileiro fundava-se a partir de uma base marxista, articulando-se também por esta via aos grupos de resistência ao regime militar. Cardoso (2004) identifica nos segundo e terceiro Congressos da Mulher Paulista (realizados, respectivamente, em 1980 e 1981) os marcos que delimitam a adoção das questões de gênero como pauta específica dos movimentos feministas. Isso acompanha certa “despolitização” por parte das feministas, que se viam impelidas a assumir suas questões ante a indiferença dos demais setores de esquerda para com as reivindicações específicas das mulheres. No entanto, esse rompimento não representou um afastamento do movimento feminista da luta contra as injustiças sociais, historicamente partilhada com a esquerda (Zirbel, 2007).

Com a redemocratização, a discussão das temáticas “sociais” sofrerão uma inflexão devido à derrocada da ditadura, dando início a um processo lento, mas gradual, de relativa abertura às reivindicações de caráter mais propriamente feminista. Saúde da mulher, aborto e violência sexual irão configurar-se em agenda prioritária do movimento (Freitas, 2011), passando a repercutir de forma mais ampla na sociedade brasileira. O abrandamento à censura e a instauração de uma crítica à maneira tradicional de se fazer política são fatores que contribuem para a abertura do país a esses “novos debates” ainda no final dos anos 1970 – período intitulado “pós-luta armada” (Leite, 2003, p. 236) –, momento em que ocorre uma intensificação dos direitos democráticos e um aumento do papel da sociedade civil na discussão desse crescente leque de questões. A aliança com a Igreja Católica, outrora fundamental para o movimento feminista pelo papel de destaque dos

3. Procuramos percorrer as linhas gerais desse embate em artigo de nossa autoria (Dalmolin, 2011).

4. O discurso católico sobre aborto nos anos 1980 foi objeto de nossa pesquisa de doutorado (Dalmolin, 2012), da qual decorre o presente artigo.

católicos enquanto principal força social de oposição ao regime militar, deixa de fazer sentido no cenário democrático, estabelecendo-se o conflito (Nunes, 1992).

Em conjunto, a mídia irá cada vez mais abrir espaço para as questões femininas de uma maneira geral, numa espécie de “apropriação” do movimento feminista (Debértolis, 2002, p. 24). A própria retomada do feminismo enquanto movimento em escala internacional a partir dos anos 1960 pode ser considerada por seus fatores midiáticos, vide as cenas antológicas das feministas norte-americanas queimando sutiãs (Athayde, 2008). No Brasil, essa apropriação midiática coincide com a consolidação do movimento feminista nos anos 1980. Citam-se os exemplos de programas televisivos voltados a um público feminino, como TV Mulher, exibido pela Rede Globo, no qual a feminista Marta Suplicy debatia sexualidade e temas polêmicos, e Malu Mulher, narrativa ficcional que abordava o cotidiano de uma mulher divorciada e “liberada” (Debértolis, 2002, p. 24).

Mas é sobretudo através da própria imprensa feminista, compreendida por alguns autores no escopo da imprensa alternativa produzida no período ditatorial (Debértolis, 2002), que serão veiculadas mais diretamente as propostas e orientações do movimento. Destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987). Apesar de esses três títulos sobressaírem em relação aos demais por sua repercussão, conforme atesta o significativo número de publicações acadêmicas que os tomam como objeto, a imprensa feminista constitui-se num fenômeno bastante prolífico em publicações e com abrangência no território nacional, não se restringindo ao eixo Rio-São Paulo, conforme constata o levantamento realizado por Elizabeth Cardoso (2004). Segundo a autora, foram publicados 75 periódicos feministas no país após 1974, totalizando 30 anos de pesquisa em arquivos reconhecidos por sua completude em relação aos movimentos sociais (Cardoso, 2004). Portanto, estes três periódicos estão muito longe de representarem uma síntese de todas as nuances expressas pelo movimento, mas seguramente servem para dar uma ideia das diretrizes gerais que norteiam a perspectiva feminista.

Nos anos 1980, o feminismo consolida-se como força política organizada, que buscava influenciar na implementação de políticas públicas de cunho social por parte do Estado (Sarti, 2004). Além do espaço público, as ideias feministas se espalham na esfera do privado, promovendo mudanças na sociedade brasileira ao se repercutir através de “clubes de mães, postos de saúde, associações, sindicatos, partidos políticos, centros acadêmicos, teatros, jornais, igrejas, universidades e centros de pesquisa” (Zirbel, 2007). Ao longo da década, estabelecem-se diversos grupos autônomos na defesa de questões pontuais sobre a mulher, como os movimentos de mulheres camponesas (Zirbel, 2007) e as ONGs feministas (Novellino, 2006), que passam a lutar pela implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres e pelo respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

O discurso feminista sobre aborto

Salientamos a dificuldade de expressar, em termos gerais, um discurso feminista sobre o aborto em função das diferentes gradações dentro do próprio movimento, apesar de condensarem, em linhas gerais, a luta pelo direito à mulher sobre seu próprio corpo e pelo exercício livre da sexualidade. Temos clara a condição extremamente difusa do movimento, que se encontra disperso entre as mais diversas causas, facções, estratos socioeconômicos e níveis culturais, sendo impossível delinear-mos com precisão seus direcionamentos e reivindicações.

A questão do aborto vem sendo pautada pelo movimento feminista brasileiro principalmente por seu viés enquanto direito da mulher. Nesse sentido, o feminismo vem atuando em três frentes: no “campo da mudança de mentalidade, da modificação da legislação e da aplicação das políticas públicas, além do trabalho com a imprensa” (Rocha, 2006, p. 273). Através dessas estratégias, a defesa dos direitos da mulher nesse âmbito vem sendo norteadada “contra a interferência do Estado no corpo feminino, contra a disciplinação moral e religiosa sobre este mesmo corpo por parte dos setores religiosos e contra o moralismo da sociedade em geral e dos setores de esquerda” (Barsted, 1992, p. 105).

Nos primeiros anos da década de 1980, as feministas demarcam os primeiros conceitos que irão nortear sua atuação nessa disputa. Naquela época se estabelece o discurso em torno do “aborto como direito individual”, reconhecido pelo slogan “nosso corpo nos pertence”. Barsted (1992) cita o documento final de um encontro feminista nacional, ocorrido em 1983 no Rio de Janeiro, por ela considerado um marco no debate público da questão. O texto reconhece o aborto como um direito, que demanda a necessidade de informações para as mulheres e a instituição de serviços públicos para o atendimento dos casos. Já Scavone (2008) observa essa orientação em uma publicação da Frente Feminista de Mulheres de São Paulo, datada do começo dos anos 1980. O documento discutia a legalização apoiado no argumento da saúde e da classe social, reportando ao perigo que a prática clandestina representava para as camadas populares. Essa compreensão, associada ao princípio do “nosso corpo nos pertence”, será posteriormente ressignificada na adoção da noção de direitos reprodutivos (Scavone, 2008).

Na seara dos direitos individuais, o conceito de direitos reprodutivos também estrutura-se no quadro dos direitos humanos e da cidadania. A noção dissemina-se no quadro do movimento feminista brasileiro a partir de sessão no primeiro Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã, em 1984 (Scavone, 2008). Trata-se de um conceito que garante aos homens e mulheres o livre direito à sexualidade e à autodeterminação, sem a interferência do Estado. Por sua vez, a noção sustenta que este deve tomar para si a tarefa de garantir aos cidadãos o acesso à informação e implemente políticas públicas que garantam a todos a saúde sexual e reprodutiva.

Os direitos sexuais e reprodutivos pressupõem liberdades individuais, que só estarão completas se garantidos os direitos à concepção, proteção da maternidade, anticoncepção, e interrupção de uma gravidez não desejada ou não planejada. Neste marco, fica restringida qualquer ingerência e garantido o direito à privacidade, igualdade, não discriminação e direito à Saúde, com responsabilidade do Estado em assegurar as políticas públicas que tornem possível por em prática este marco de cidadania. A imposição de que as mulheres levem adiante uma gravidez indesejada pela condição de ilegalidade do aborto infringe esse marco, agredindo o bem-estar físico e mental das mulheres que decidem interromper a gestação (Freitas, 2011, p. 39).

Na percepção de Scavone (2008, p. 677), a adoção do conceito de direitos reprodutivos “teve um êxito considerável por se tratar de um novo modo de abordar os problemas de saúde das mulheres até então, considerados como ‘circunscritos à natureza, ao pecado, à vontade divina ou ao poder dos médicos’ e dos legisladores”.

Essa noção se desdobrou na bandeira adotada pelo movimento feminista brasileiro de defender o direito ao aborto como forma de lutar contra a prática clandestina. Ou seja, garantindo o acesso a um aborto legal e seguro, o Estado estaria protegendo suas cidadãs e “fazer com que, através da legalização, as sequelas do aborto clandestino fossem eliminadas e a proteção à saúde da mulher fosse um valor maior do que a proteção a uma vida em potencial” (Barsted, 1992, p. 105). A questão social também fora invocada pelas feministas, ao vincular esse argumento à necessidade de proteger as mulheres em situação de maior risco econômico, alegando que estas consistem nas maiores vítimas de abortamento inseguro. Ao transferir do direito individual para a seara da saúde pública e justiça social o fundamento a justificar a legalização do aborto, as feministas tentavam assim desdobrar uma estratégia para enfrentar a crescente polarização com os grupos conservadores e religiosos, contrários ao direito da mulher de interromper uma gestação indesejada.

Aborto e imprensa feminista

Encontramos no estudo de Woitowicz (2009) uma referência direta em relação ao discurso sobre aborto na mídia feminista brasileira. Encontramos em seu trabalho uma importante referência, por situar no “direito ao corpo” o principal argumento do discurso feminista sobre aborto.

(...) percebe-se que a mídia produzida pelas organizações feministas constitui um espaço de luta pela cidadania, em uma perspectiva de construção de identidades de resistência. Através de um discurso sustentado na perspectiva feminista de “direito ao corpo”, os produtos de comunicação das organizações feministas esboçam as estratégias de reconhecimento e visibilidade da

autonomia reprodutiva das mulheres, colocando em pauta o direito ao aborto por um viés ora didático e informativo, como se verifica nos documentários, produções sonoras e mesmo em alguns folderes de campanhas, elaborados pelas entidades mencionadas, ora panfletário, demarcando as lutas e bandeiras do movimento (Woitowicz, 2009, p. 11).

Conforme demonstra Debértolis (2002), em sua análise do conjunto das 20 edições publicadas durante os cinco anos de existência do jornal *Brasil Mulher* (1975-1980) – considerado referência para o movimento feminista brasileiro – a temática do aborto é citada de forma esparsa em suas edições. O assunto só recebe tratamento mais aprofundado na edição nº 13, desenvolvendo argumentos que visam demonstrar o desrespeito da sociedade patriarcal aos direitos da mulher sobre seu próprio corpo. A matéria enfoca, principalmente a questão do aborto clandestino e, em outra seção, o jornal traz a notícia da legalização do aborto na Itália (Debértolis, 2002). *Brasil Mulher* chega até mesmo a criticar o projeto de descriminalização do deputado João Menezes (1980), tachando-o de discriminatório e alegando que o texto do projeto não respeita o aborto enquanto uma opção da mulher (Debértolis, 2002).

Esse relativo “desinteresse” em relação ao aborto relaciona-se à postura editorial do jornal e da posição do movimento feminista brasileiro pré-anos 1980, conforme analisamos anteriormente, ainda bastante focado na contraposição do regime militar. Naquele momento, o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões ainda permaneciam “no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública” (Sarti, 2004, p. 39). Em depoimento à autora, a própria Joana Lopes, fundadora e principal mentora do jornal, reconhecia que o jornal *Brasil Mulher* perdia para o *Nós Mulheres* no que tange à abordagem de temas como sexualidade e aborto. Conforme Debértolis, a jornalista percebia neste a adoção de uma linguagem mais clara e direta sobre esses temas, enquanto *Brasil Mulher* procurava consolidar-se num perfil mais político (Debértolis, 2002).

Essa maior grau de sensibilidade de *Nós Mulheres* para com as temáticas específicas do movimento é reiterado por uma de suas fundadoras. Mello (2007) cita o depoimento de Maria Lygia Quartim de Moraes, no qual esta afirma que, mesmo voltado à resistência à ditadura e à propagação das ideias marxistas, o periódico jamais deixou de lado as reivindicações especificamente feministas. No entanto, os dois jornais exemplificam a “mesma geração” da imprensa feminista, pois *Nós Mulheres* também inscreve-se no mesmo período histórico que precede o boom do feminismo no país, tendo seus oito números publicados entre 1976 e 1978. Tanto *Brasil Mulher* como *Nós Mulheres* voltavam-se, enquanto atores sociais, para uma luta muito mais humanística do que propriamente de gênero, ou seja, seu enfoque priorizava o apagamento das fronteiras identitárias entre homens e mu-

lheres em vez de uma valorização positiva da identidade feminina (Casadei, 2009).

Contudo, mesmo naquele momento, o feminismo brasileiro já assumia a questão do aborto como um direito, apesar de ainda não o dizer com todas as letras. Scavone (2008) lembra que havia uma posição política fundamentada no direito individual, porém o mesmo era expressado de forma indireta. Havia por parte das feministas uma interdição ainda muito forte em torno da palavra “aborto”, sobretudo pelas razões já mencionadas das alianças com os setores católicos e os movimentos de esquerda. Ao reivindicar suas demandas, “as feministas costumavam substituí-las por fórmulas gerais, tais como ‘direito de decidir pelo número de filhos desejados,’ ‘direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo,’ entre outras” (Scavone, 2008, p. 676).

Uma mudança se dá a partir de outro veículo, o jornal *Mulherio*, que representa uma nova fase do movimento feminista brasileiro. Em comparação a *Brasil Mulher* e a *Nós Mulheres*, o periódico teve vida mais longa, circulando de março de 1981 a julho de 1988 (Freitas, 2014), com algumas interrupções, tiragem mais expressiva (em torno de 12 mil exemplares mensais) e distribuição em todo o país. *Mulherio* demarca uma ruptura com os movimentos de esquerda, reolocando em um novo patamar as questões de gênero, sob “o ponto de vista de uma revalorização cultural de uma sexualidade menosprezada” (Casadei, 2009). Conforme Freitas (2014), o jornal corresponde a um segundo momento da imprensa feminista, que sai da articulação do movimento social das ruas para uma perspectiva mais institucional, catalisada em ONGs e universidades.

O *Mulherio* nasceu a partir da vontade de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) de fazer intercâmbios entre as várias instituições e grupos que estudavam as condições das mulheres no Brasil, na década de 1980. Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas, em 1984. Além disso, a trajetória do *Mulherio* divide-se em três fases: março/1981-setembro/1984; maio/1984 – abril/1988; junho/1988 – julho/1988 (Freitas, 2014, p. 15).

Em análise do conjunto das matérias publicadas pelo jornal nas três fases de sua existência, Freitas (2014) observa uma presença constante da temática da legalização do aborto no decorrer de suas edições, sendo apresentada em diversos números e em seções distintas como uma das bandeiras do periódico. Do montante de 1695 matérias que compuseram o corpus de análise, a autora encontrou 198 entradas referentes aos direitos reprodutivos e a questão do aborto, presença menor apenas que a do tema família, com 226 registros encontrados pela autora (Freitas, 2014), conforme demonstra a figura ao lado (*figura 1*).



Figura 1: Presença das temáticas no jornal Mulherio (1981-1988). Fonte: adaptado de Freitas (2014)

Na leitura de Casadei (2009), a perspectiva editorial expressa pelo jornal apoiava as reivindicações ligadas ao reconhecimento do papel da mulher na sociedade, valorizando-as a partir de ações afirmativas até 1984, e na forma de ações de caráter transformativo após este período. Ou seja, a partir deste momento, a imprensa feminista irá focar principalmente as batalhas jurídicas e legislativas pelo direito da mulher de abortar. Essa intensificação contribuiu para que a disputa pela liberalização do aborto venha se constituindo como um dos grandes desafios contemporâneos do movimento (Scavone, 2008).

Barsted (1992) evidencia esse enfoque dado pela imprensa feminista ao citar matérias publicadas em *Mulherio*, que visibilizam as árduas disputas das feministas em torno da questão. A autora reporta o exemplo da matéria que remete à polêmica em torno da apresentação em Assembleia da OAB de uma tese defendendo a descriminalização do aborto, que “quase terminou em luta corporal”, e da série de entrevistas com mulheres candidatas nas eleições de 1982, nas quais todas se declararam a favor da legalização, “alegando a preocupação com a saúde da mulher, em especial da mulher pobre” (Barsted, 1992, p. 116). Freitas (1994, p. 20) adiciona que

por se apresentar como apartidário e sem incorporar tendências determinadas, o jornal conseguiu participar significativamente da campanha para a Assembleia Constituinte, em 1985, ao mesmo tempo em que debateu a atuação dos conselhos da condição da mulher, as conferências internacionais e as mobilizações pelos direitos e pela dignidade das mulheres. O apoio e o registro dado às atividades desenvolvidas no momento da redemocratização brasileira, como a atuação de várias mulheres em frentes distintas, clamando e lutando por seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, também foram relevantes na história do *Mulherio*.

A matéria objeto da capa da edição Nº 30 (FIGURA 2) elucida essa questão (Silveira, 1987), fazendo um balanço da Assembleia Constituinte, ocorrida dois anos antes. O texto incita as mulheres a mobilizarem-se na assinatura de um abaixo assinado pela legalização, e lamenta a estratégia adotada pelas feministas

naquele momento de tangenciar a questão do aborto para não provocar uma reação negativa por parte dos conservadores às propostas de inclusão de direitos na Carta das Mulheres (Silveira, 1987).



Figura 2: capa do jornal Mulherio (Nº 30, jul 1987). Fonte: Portal Fundação Carlos Chagas.

Como apontamos no item anterior, no final dos anos 1980 o movimento feminista convergia para tratar a questão do aborto como um problema de saúde pública, devido à morte e as complicações das praticantes do aborto clandestino, em sua maioria mulheres de baixa renda. Essa abordagem aparece como o argumento principal da reportagem, conforme demonstra o fragmento abaixo.

Calcula-se que ocorra no Brasil cerca de 3 milhões de abortos, sendo que mais de 200 mil mulheres recorram à rede do INPS para tratar de hemorragias, perfurações de útero e outras graves infecções provocadas por abortos mal feitos. Isto prova o que todo mundo já sabe: as sequelas do aborto só atingem as classes populares, que não podem pagar clínicas clandestinas especializadas em sucção, cesariana ou dilatação e curetagem, os processos mais comuns. Atualmente, 2% das mulheres brasileiras correm risco de vida nas mãos dos abortei-

ros ou pelo auto-aborto, que resultam em mais um problema grave de saúde pública (Silveira, 1987, p. 5).

Portanto, o enquadramento do aborto como um problema de saúde pública aparece como o fundamento principal expresso na matéria para defender a legalização, o que aparece referendado tanto pela voz da autora da matéria quanto pela voz daquelas que são citadas como fontes. O embate com os grupos conservadores, capitaneados pela Igreja Católica e pela bancada evangélica no congresso, já aparece deflagrado, pelo uso que o texto faz das expressões “guerra santa” (p. 6) e “cruzada constituinte contra o aborto” (p. 5).

Considerações finais

Os anos 1980 consistem, portanto, no momento em que a discussão sobre a descriminalização do aborto se instaura de vez na agenda pública brasileira, consolidando os contornos de um macroacontecimento, conforme analisamos em um outro momento (Dalmolin, 2014). Isso se dá sob a égide da polarização contra os discursos contrários, advindos do campo religioso, e do estabelecimento de uma agenda de luta do movimento na sustentação da bandeira dos “direitos reprodutivos”. Sob esse mesmo viés, as feministas brasileiras articulam a defesa do aborto à luta pela assistência integral do Estado à saúde da mulher, garantindo informação adequada e o livre acesso aos métodos anticoncepcionais. Essa estratégia se desdobra nas décadas seguintes, consolidando o discurso hoje predominante do “aborto como uma questão de saúde pública”, segundo o qual os índices alarmantes de mortalidade materna provocada pela prática do aborto clandestino se alicerçam como o principal argumento das manifestações favoráveis à flexibilização da legislação que criminaliza a prática.

Em análise do contexto atual, Woitowicz (2009) observa um conjunto de panfletos, publicações avulsas, campanhas, peças publicitárias, sites e periódicos feministas, percebendo o aborto como “o assunto mais amplamente debatido pelo movimento”, isso sem citar a presença cada vez mais crescente das redes sociais. Perpassa essas mídias uma linha geral “que cobra mudanças urgentes na legislação e luta por uma outra forma de entender o direito sobre o próprio corpo, em que as mulheres se apresentam como sujeitos de suas escolhas e desfrutam livremente dos seus direitos nos campos da sexualidade e da reprodução” (Woitowicz, 2009, p. 10-11).

Desse modo, o discurso expresso nos anos 1980 através dos veículos associados ao movimento feminista continua a se desdobrar hoje, em um contexto midiático mais amplo, em divulgar suas bandeiras e atuar na luta pelas causas das mulheres, dentre as quais o aborto desempenha o papel de protagonista.

Referências bibliográficas

- ATHAYDE, M. C. O. **O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena.** Anais do Seminário Fazendo Gênero – Corpo Violência e Poder. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Sociedade/O_movimento_feminista_nas_paginas%20dos_jornais_feministas_do_Brasil_e_da_Argentina_Nos_Mulheres_Mulherio_e_Persona_em_cena1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- BARSTED, L. **Legalização e Descriminalização: 10 anos de luta feminista.** Estudos Feministas, n. 0, v. 1, 1992.
- CARDOSO, E. P. **Panorama da imprensa feminista pós-1974.** Anais do V Encontro de Núcleos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 2004, Porto Alegre. INTERCOM, 2004. Disponível em <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18059/1/R0361-2.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- CASADEL, E. B. **As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa: o caso Mulherio.** Revista Alterjor, v. 1, n. 1, ago-dez. 2009.
- DALMOLIN, A. R. **Aborto, Igreja Católica e Movimento Feminista nos anos 1980: uma cruzada de valores.** Anais do X Seminário de Estudos Históricos. Novo Hamburgo: Feevale, 2011. Disponível em <<http://aplicweb.feevale.br/site/hotsite/default.asp?intIdHotSite=127&intIdSecao=4913&intIdConteudo=46688>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. **O discurso sobre aborto em revistas católicas brasileiras: Rainha e Família Cristã (1980-1990).** Tese de doutorado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação/Unisinos, 2012.
- _____. **O macroacontecimento aborto.** Anais do 12º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2014.
- DEBÉRTOLIS, K. S. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Fabico/UFRGS, 2002.
- FREITAS, A. **Aborto: guia para profissionais da comunicação.** Recife: Grupo Curumim, 2011.
- FREITAS, V. G. **O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista.** Anais do Encontro da ABCP, Brasília, 2014.
- LEITE, R. S. C. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira.** Estudos Feministas, v. 1, n.11, p. 234-241, jan-jun. 2003.
- MELLO, S. C. **Imprensa Feminista no Brasil: um caso particular (1976-1978).** In: Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Culturas, Identidades e Memórias, 2007. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Soraia%20de%20Mello.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2011.

- MURARO, R. M. **Sexualidade, libertação e fé: por uma erótica cristã**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NOVELLINO, M. S. F. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras**. In.: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2006.
- NUNES, M. J. F. R. **O tratamento do aborto pela Igreja Católica**. Estudos Feministas, n. 0, v. 1, 1992.
- PEDRO, J. M. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROCHA, M. I. B. **A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese**. Revista Brasileira Estudos Populacionais, v. 23, n.2, p. 369-374, jul-dez. 2006.
- RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media**. In.: SANTANA, R.M. (org.). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Revan; Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000, p. 169-213.
- SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, v. 2, n. 12, p. 35-50, mai-ago.2004.
- SCAVONE, L. **Políticas feministas do aborto**. Estudos Feministas, v. 2, n. 16, p. 675-680, mai-ago. 2008.
- SILVEIRA, Santamaria. **Aborto: momento de decisão**. In.: Mulherio, n. 30, jul. 1987. Disponível em <www.fcc.org.br/capas>. Acesso em: 16 fev 2015.
- TELES, M. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- WOITOWICZ, K. J. **A mídia alternativa na defesa dos direitos reprodutivos: discursos sobre o aborto na agenda política feminista**. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2009.
- ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.